



UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA

LUCIANA KELLY DA SILVA ZUZA DOS SANTOS

**UM ESTUDO SOBRE A DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE EM ESCOLAS DA ZONA
RURAL DO MUNICÍPIO DE ASSÚ-RN**

ANGICOS/RN
2023

LUCIANA KELLY DA SILVA ZUZA DOS SANTOS

**UM ESTUDO SOBRE A DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE EM ESCOLAS DA ZONA
RURAL DO MUNICÍPIO DE ASSÚ-RN**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de Licenciatura em Computação e Informática da Universidade Federal Rural do Semi-Árido como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Computação e Informática.

Orientador: Prof. Dr. Magnus José Barros Gonzaga

© Todos os direitos estão reservados à Universidade Federal Rural do Semi-Árido. O conteúdo desta obra é de inteira responsabilidade do (a) autor (a), sendo o mesmo, passível de sanções administrativas ou penais, caso sejam infringidas as leis que regulamentam a Propriedade Intelectual, respectivamente, Patentes: Lei nº 9.279/1996 e Direitos Autorais: Lei nº 9.610/1998. O conteúdo desta obra tomar-se-á de domínio público após a data de defesa e homologação da sua respectiva ata. A mesma poderá servir de base literária para novas pesquisas, desde que a obra e seu (a) respectivo (a) autor (a) sejam devidamente citados e mencionados os seus créditos bibliográficos.

SZ96e Santos, Luciana Kelly da Silva Zuza dos Santos.
Um estudo sobre a Distorção Idade-série em
Escolas da Zona Rural do Município de Assú - RN /
Luciana Kelly da Silva Zuza dos Santos Santos. -
2023.
47 f. : il.

Orientador: Prof. Dr. Magnus José Barros
Gonzaga.
Monografia (graduação) - Universidade Federal
Rural do Semi-árido, Curso de Licenciatura em
Computação, 2023.

1. Educação Básica. 2. Distorção Idade-série. 3.
Escola do Campo. I. Gonzaga, Prof. Dr. Magnus
José Barros Gonzaga, orient. II. Título.

Ficha catalográfica elaborada por sistema gerador automático em conformidade
com AACR2 e os dados fornecidos pelo(a) autor(a).
Biblioteca Campus Angicos
Bibliotecário: Helder Romero Maia Duarte CRB: 15/673

O serviço de Geração Automática de Ficha Catalográfica para Trabalhos de Conclusão de Curso (TCC's) foi desenvolvido pelo Instituto de Ciências Matemáticas e de Computação da Universidade de São Paulo (USP) e gentilmente cedido para o Sistema de Bibliotecas da Universidade Federal Rural do Semi-Árido (SISBI-UFERSA), sendo customizado pela Superintendência de Tecnologia da Informação e Comunicação (SUTIC) sob orientação dos bibliotecários da instituição para ser adaptado às necessidades dos alunos dos Cursos de Graduação e Programas de Pós-Graduação da Universidade.

LUCIANA KELLY DA SILVA ZUZA DOS SANTOS

**UM ESTUDO SOBRE A DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE EM ESCOLAS DA ZONA
RURAL DO MUNICÍPIO DE ASSÚ-RN**

Trabalho de conclusão de Curso apresentado ao Curso de Licenciatura em Computação e Informática da Universidade Federal Rural do Semi-Árido, sob a orientação do professor Dr. Magnus José Barros Gonzaga, como requisito parcial para a obtenção do grau de Licenciada em Computação e Informática.

Defendida em 17 / 05 /2023

BANCA EXAMINADORA

Prof. Dr. Magnus José Barros Gonzaga - Presidente
Universidade Federal Rural Do Semi-Árido (UFERSA)

Prof. Dr. Sueldes, de Araújo - Membro Examinador
Universidade Federal Rural Do Semi-Árido (UFERSA)

Prof. Dr. Francisco José Lima Sales - Membro Examinador
Universidade Federal Rural Do Semi-Árido (UFERSA)

Como todo meu amor e reverência dedico, ao meu SENHOR DEUS, meus pais, minha filha Ester, meu esposo Sidney, aos meus irmãos, em especial, a minha tia, Maria Edileuza Zuza

AGRADECIMENTOS

A Deus, pois para Ele são todas as primazias do meu esforço, fonte de conhecimento e sabedoria, no qual me supriu e esteve presente em toda jornada, me sustentando com suas muitas misericórdias e amor infinito.

Aos meus pais, Erivan Zuza e Valdite Marinho da Silva Zuza, que com lutas e dificuldades me conduziu em caminhos estreitos, a caminhar dignamente, respeitando e amando o próximo. Aos meus irmãos: Marcio e Erivânia, pelo o amor que nos uni.

À minha filha Ester Zuza dos Santos, pelo carinho, paciência e compreensão. Ao meu esposo Sidney Marcone dos Santos, por seu amor, companheirismo e amizade.

Aos meus irmãos em Cristo Jesus, pelas orações que me guardou e sustentou durante toda essa trajetória.

Aos meus avós, Eulália Melo Zuza, João Batista Dantas e Francisca Marinho Dantas. Aos tios e tias, pelo apoio e incentivo, que me fizeram acreditar de que seria capaz de concluir este curso.

Aos meus sobrinhos (a) e primos (a), em especial, Antônio Zuza Sobrinho Neto (Toninho) pela força e incentivo, também a sua esposa a quem tenho um grande carinho Nágila Zuza e sua filha Sarah Zuza, que tanto cuidaram de mim, quando me debruçava em sua mesa diante dos livros e notebook.

A minha sogra Maria Lúcia dos Santos, pelo cuidado para com minha família, em especial por cuidar da minha pequena.

Ao Professor e Orientador, Dr. Magnus José Barros Gonzaga, pela atenção, aprendizado, conhecimento compartilhado, compreensão, confiança, participação na construção deste trabalho conclusivo e dos estágios que oportunizaram momentos formidáveis na minha trajetória pessoal e profissional.

Agradeço também às minhas amigas (os) e companheiras (os) de curso, Andressa Carau, Laís Cristina, Maria Eduarda, Marília, Marcio Rosendo, Geider, e todos aqueles que diretamente e indiretamente caminharam conosco nesta trajetória acadêmica. Foram dias difíceis, mais também de risos leves e amizades cultivadas e guardadas para uma vida toda. Os obstáculos superados foram vencidos nessa caminhada, mediante a coletividade.

Aos Professores (as), Supervisão, Coordenação, e toda equipe da Escola Municipal Manoel Cortez, as queridas turmas dos quintos anos 2021 e 2022, nas quais foi realizada meus estágios e observações desta pesquisa, que me acolheram com tanto afeto, amor e carinho.

À toda comunidade acadêmica da Universidade Federal Rural Do Semi-Árido – UFERSA, que desde o princípio me acolheu, revelou que é possível ver a vida de maneira

horizontal.

Aos membros da banca examinadora, professor Dr. Sueldes de Araújo e Professor Dr. Francisco José Lima Sales.

RESUMO

O presente trabalho aborda o processo da Distorção Idade-série em escolas da Zona Rural. Trata-se do desdobramento de uma pesquisa que buscou identificar e analisar as determinações que contribuem com o processo da Distorção Idade-série em escolas da Zona Rural do município de Assú, Rio Grande do Norte. A análise focou nos aspectos ontológicos das relações socioculturais e históricas do objeto, de modo que se identificasse as determinações históricas e materiais da distorção Idade-série em escolas da Zona Rural do Município de Assú – RN. Metodologicamente, a pesquisa se desenvolveu por meio de estudos bibliográficos e documentais, bem como trabalho de campo para fins de observação e de coleta de dados a partir da aplicação de entrevistas com as famílias dos (as) alunos (as) e dos (as) Professores (as). Evidenciou-se a influência da ideologia capitalista e as condições materiais de existência como determinantes da Distorção Idade-série em escolas da Zona Rural do Município de Assú/RN.

Palavras-chave: Educação Básica, Distorção Idade-série, Escola do Campo.

ABSTRACT

The present work deals with the process of Age-Grade Distortion in schools in the Rural Area. This is the result of a research that sought to identify and analyze the determinations that contribute to the Age-Grade Distortion process in schools in the Rural Area of the municipality of Assú, Rio Grande do Norte. The analysis focused on the ontological aspects of the sociocultural and historical relations of the object, in order to identify the historical and material determinations of the Age-grade distortion in schools in the Rural Area of the Municipality of Assú/RN. Methodologically, the research was developed through bibliographical and documental studies, as well as field work for the purposes of observation and data collection from the application of interviews with the families of the students and the Teachers. The influence of the capitalist ideology and the material conditions of existence was evidenced as determinants of the Age-grade Distortion in schools in the Rural Area of the Municipality of Assú/RN.

KEYWORDS: Basic Education, Age-grade Distortion, Rural School.

LISTA DE SIGLAS E ABREVIACÕES

LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
INEP	Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
CF	Constituição Federal Brasileira
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
ENEM	Exame Nacional do Ensino Médio
PNATE	Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar
EJA	Educação de Jovens a Adultos
RN	Rio Grande do Norte
Ufersa	Universidade Federal Rural do Semi-Árido
MEC	Ministério da Educação e Cultura

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Educação Infantil

Tabela 2 – Ensino Fundamental

Tabela 3 – Ensino Médio

Tabela 4 – Taxa de Distorção Idade-série do Município de Assú/RN - 2017

Tabela 5 – Taxa de Distorção Idade-série do Município de Assú/RN - 2018

Tabela 6 – Taxa de Distorção Idade-série do Município de Assú/RN - 2019

Tabela 7 – Taxa de Distorção Idade-série do Município de Assú/RN - 2020

Tabela 8 – Taxa de Distorção Idade-série do Município de Assú/RN - 2021

LISTA DE GRÁFICO

Gráfico 1 – Censo da Educação Básica 2017/INEP.....	17
---	----

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	12
1. A DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE EM ESCOLAS DO CAMPO NO BRASIL.....	15
1.1 Distorção Idade-Série: um panorama do problema.....	15
1.2 Educação Básica: marcos legais.....	18
1.3 Causas e consequências.....	24
2. A DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE EM ESCOLAS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE ASSÚ/RN.....	26
2.1 As condições socioeconômicas e culturais da comunidade	26
2.2 Os fatores causadores da Distorção Idade-série em escolas da Zona Rural de Assú/RN	30
3. AS DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS E MATERIAIS DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE EM ESCOLAS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE ASSÚ/ RN.....	34
3.1 Que pensam os (as) professores (as) em relação a Distorção Idade-Série em escolas da Zona Rural do município de Assú/RN.....	34
3.2 As condições materiais das famílias dos (das) alunos (as) das escolas da Zona Rural de Assú/RN: dimensões econômicas e sociais.....	37
4. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	40
5. REFERÊNCIA.....	42
6. APÊNDICE 1.....	45
7 APÊNDICE 2.....	46

INTRODUÇÃO

Resolver o problema da Distorção Idade-série no Brasil constitui um dos grandes desafios emergentes da Educação Básica no Brasil. Trata-se de um problema inquietante que afeta diretamente os grupos sociais mais vulneráveis no tocante ao acesso aos bens materiais e aos serviços culturais da sociedade. É oportuno reiterar que a Distorção Idade-série, de acordo com a legislação educacional brasileira, se dá quando o (a) aluno (a) está em atraso escolar de pelo menos dois (2) ou mais anos em relação a série que deveria estar cursando conforme sua idade. Portanto, trata-se de uma problemática que suscita relevantes questões não resolvidas e debates sobre o tema.

Foi a partir das observações em sala de aula, na condição de discente estagiária do Curso de Licenciatura em Computação e Informática, da Universidade Federal Rural do Semi-Árido – Ufersa, que se edificaram as primeiras indagações que compõem a problemática desse trabalho. Me questionei acerca de um modelo de ensino que não reconhece as particularidades e o histórico familiar dos (as) alunos (as) como resultado das suas condições objetivas e subjetivas da vida material - na medida em que o modelo cria condições que penalizam os indivíduos e corroboram, de forma decisiva, para tornar a escola pública um *lócus* de produção e reprodução de desigualdades sociais.

Ademais, é fato que os (as) alunos (as) das comunidades rurais vivem em situações propensas as vulnerabilidades sociais e ainda sofrem as consequências da desigualdade, ficando-os em risco à exclusão escolar. Tal situação contrasta com os direitos constitucionais de aprender e de se desenvolver na idade apropriada.

A Distorção Idade-série é uma das causas substanciais para evasão e abandono escolar.

Por se tratar de uma problemática importante e que não tem se constituído como um objeto de preocupação do poder público da região, considera-se relevante o desenvolvimento de um estudo crítico e reflexivo no âmbito acadêmico, de modo que os resultados do trabalho se configurem como contribuições teóricas para o enfrentamento do problema. Para além da dimensão pessoal e acadêmica, o presente estudo soma-se aos esforços que buscam alternativas para resolução da Distorção Idade-série no país.

O objetivo central da pesquisa realizada e apresentada nessa Monografia consistiu em identificar e analisar as determinações que contribuem com o processo da Distorção Idade-série em escolas da Zona Rural do município de Assú/RN. Quanto aos objetivos específicos, buscou-se: a) identificar a visão dos Professores (as) acerca da

Distorção Idade-série em escolas da Zona Rural do município Assú/RN; b) identificar as condições econômicas e sociais das famílias dos (das) alunos (as) das escolas da Zona Rural de Assú/RN.

A presente pesquisa se sustenta, epistemologicamente, pela perspectiva do materialismo histórico-dialético, de modo que situa o objeto de estudo no contexto das suas determinações históricas e materiais.

No tocante ao objeto de estudo, o materialismo histórico-dialético permite entendê-lo enquanto processo situado em sua relação de totalidade, na medida em que ele se apresenta e se materializa em seu contexto social e histórico real. Permite-se ainda adentrar nas relações sociais e nas condições materiais e históricas subjacentes aos sujeitos.

O materialismo histórico-dialético, enquanto construção coletiva do marxismo, é entendido na investigação científica como um método de elucidação científica da realidade social (GONZAGA, 2014, p. 141). Além disto o autor ressalta que a determinação histórica do método é “ buscar compreender como se organiza a sociedade historicamente, ao se procurar desvendar a realidade a partir das relações sociais estabelecidas pela humanidade”.

No que se refere aos processos metodológicos, a pesquisa desenvolvida se valeu de estudos bibliográficos, documentais e pesquisa de campo, *in loco*.

No aspecto bibliográfico, a escolha dos autores e suas obras foram essenciais para compreensão da Distorção Idade-série, fenômeno oriundo das contraditórias relações históricas entre o sujeito e a sociedade capitalista. No tocante a pesquisa bibliográfica, considera-se que esta:

é desenvolvida com base em material já elaborado, constituído principalmente de livros e artigos científicos. A principal vantagem da pesquisa bibliográfica reside no fato de permitir ao investigador a cobertura de uma gama de fenômenos muito mais ampla do que aquela que poderia pesquisar diretamente. Essa vantagem torna-se particularmente importante quando o problema de pesquisa requer dados muito dispersos pelo espaço (GIL, 2002 p. 44-45).

A pesquisa se valeu ainda do trabalho de campo, cuja finalidade consistiu na observação *in loco* e na aplicação de entrevistas com as Famílias dos (as) alunos (as) e dos (as) Professores (as) por meio de questionários. Para realização das entrevistas com as Famílias foram realizadas visitas nas próprias residências. Apesar da dificuldade do acesso às residências, em razão das distâncias entre as comunidades e das condições das

estradas, optou-se por realizar as entrevistas de modo presencial. Já nas entrevistas com os (as) Professores (as) foi possível realizar visitas as escolas antes para proceder uma conversa informal com eles (elas) e posteriormente entregar o questionário impresso. As entrevistas foram realizadas por meio de questionários do tipo semiestruturado utilizados para coletar informações acerca do objeto de estudo. Sobre esse tipo específico de entrevista, Manzini (2004), afirma que:

[...] a entrevista semiestruturada é uma das formas para coletar dados. Ela se insere em um espectro conceitual maior que é a interação propriamente dita que se dá no momento da coleta. Nesse sentido, para nós, a entrevista pode ser concebida como um processo de interação social, verbal e não verbal, que ocorre face a face, entre um pesquisador, que tem um objetivo previamente definido, e um entrevistado que, supostamente, possui a informação que possibilita estudar o fenômeno em pauta, e cuja mediação ocorre, principalmente, por meio da linguagem (MANZINI, 2004, p. 9).

No âmbito da pesquisa científica, os procedimentos metodológicos viabilizam o direcionamento a ser percorrido e, assim, são indispensáveis para execução do plano de trabalho pelo qual se almeja obter resultados dos objetivos de maneira organizada, fluida e com praticidade.

Este trabalho, em forma de monografia, está organizado em três capítulos. No primeiro capítulo, intitulado A DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE EM ESCOLAS DO CAMPO NO BRASIL, aborda-se um panorama sobre a problemática da Distorção Idade-série focando-se nos principais marcos legais que regem a Educação Básica no Brasil. No segundo capítulo, intitulado A DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE EM ESCOLAS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE ASSÚ/RN, apresenta-se os dados sobre a Distorção Idade-série em escolas da Zona Rural do município de Assú/RN. No terceiro e último capítulo, intitulado AS DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS E MATERIAIS DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE EM ESCOLAS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE ASSÚ/RN, apresenta-se os resultados com relatos e entrevistas dos (as) professores (as) e os familiares dos (das) alunos (as) em situação de Distorção Idade-série.

Evidenciou-se a influência da ideologia capitalista e as condições materiais de existência como determinantes da Distorção Idade-série em escolas da Zona Rural do Município de Assú/RN.

1 A DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE EM ESCOLAS DO CAMPO NO BRASIL

1.1 Distorção Idade-série: um panorama do problema

A Educação Básica vigente no Brasil é composta por três etapas, a saber: Educação Infantil, Ensino Fundamental I e II, e Ensino Médio. A sua composição se dá da seguinte forma: creche, de zero (0) a três (3) anos de idade, pré-escola de quatro (4) a cinco (5) anos, Ensino Fundamental I e II dos seis (6) a quatorze (14) anos, e o Ensino Médio dos quinze (15) a dezessete (17) anos de idade.

A Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), nº 9.394/1996, estabelece uma idade normativa para que crianças e adolescentes concluam a educação básica com o pleno desenvolvimento de habilidades e competências gerais pré-estabelecidas.

As tabelas a seguir fazem referência a LDB, especificamente sobre o Art. 29 da Seção II, que estabelece que essa etapa primária de ensino tem como competência pedagógica desenvolver os aspectos cognitivos, psíquicos, físicos e socioculturais das crianças:

TABELA 1: Educação Infantil

Ano/Série	Idade Adequada
Creche	0 a 3
Pré-escola	4 a 5

Fonte: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Já o Ensino Fundamental objetiva o desenvolvimento do senso crítico e criativo, da capacidade de aprendizagem, da consciência cidadã e de seu papel social como agente transformador em sua comunidade escolar, conforme se apresenta na tabela 2.

TABELA 2: Ensino Fundamental

Ano/ Série	Idade Adequada
1º Ano	6
2º Ano/1ª Série	7
3º Ano/2ª Série	8
4º Ano/3ª Série	9

5º Ano/4ª Série	10
6º Ano/5ª Série	11
7º Ano/6ª Série	12
8º Ano/7ª Série	13
9º Ano/8ª Série	14

Fonte: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

De acordo com a LDB (1996), o Ensino Médio é a etapa final da Educação Básica. Tem como pressuposto teórico o aprimoramento das habilidades adquiridas no ensino fundamental, bem como, o direcionamento básico para o mercado de trabalho e o exercício pleno dos direitos e deveres constituídos ao cidadão.

TABELA 3: Ensino Médio

Ano/Série	Idade Adequada
1ª Série	15
2ª Série	16
3ª Série	17

Fonte: Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Diretrizes e Bases da Educação Nacional.

Entretanto, a realidade social das escolas públicas brasileiras está bem distante desse parâmetro estabelecido pela LDB. O que de fato se vê é sintoma de um fracasso do projeto idealizado para a educação básica, circunstância que reflete um problema de Distorção Idade-série.

Conforme estabelece a legislação educacional, a Distorção se dá quando o aluno possui mais de dois (2) anos de atraso escolar, contabilidade essa realizada pelo censo escolar mediante as informações contidas na matrícula do aluno, tais como idade e série. Em outros termos, encontra-se em Distorção Idade-série, aluno (a) que por algum motivo ou circunstância reprovou ou evadiu-se da escola, ocasionando repetições de séries e atraso em sua trajetória escolar. Processo que prejudica o progresso dos estudos. Todavia, ao retomar os estudos os (as) alunos (as) se encontraram na condição de defasagem em relação a idade correspondente a série no que é proposto na legislação educacional.

A Distorção se soma aos múltiplos desafios a serem refletidos, enfrentados e solucionados na educação brasileira. Considera-se um dos grandes problemas que ocorrem no Ensino Fundamental, descompasso que ocasiona diversos danos na vida de

crianças e adolescentes no presente e no futuro, na medida em que estes (as) levam consigo uma trajetória estudantil marcada por dificuldades na aprendizagem e no acompanhamento dos conteúdos estudados. São crianças e adolescentes que, de certa maneira, ficam alijados das oportunidades e diante de um futuro profissional repleto de incertezas, medos e angústias.

De acordo com o Censo Escolar 2017, somam mais de sete (7) milhões de alunos (as) com atraso escolar de dois anos ou mais, são crianças e adolescente que de certa forma tiveram interrupção no percurso escolar por diversos motivos, tais como evasão e abandono escolar, repetência, situação socioeconômica do aluno, sendo esse último um dos agravantes maiores, pois implica consideravelmente no processo de aprendizagem. O próprio Censo Escolar (2017) apresenta um cenário dessa Distorção, a partir das perspectivas rural e urbana e dos contextos municipais, estaduais e privados, conforme se apresenta no gráfico 1.

Distorção Idade-série no 1º, 5º e 9º ano do ensino fundamental por localização e dependência administrativa - Brasil 2017

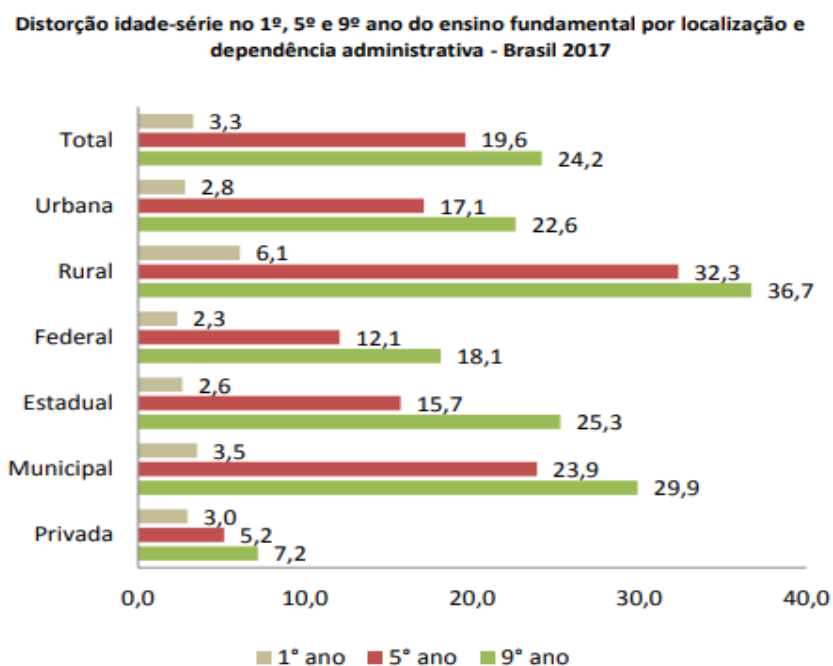


Gráfico 1 - Fonte: Censo da Educação Básica 2017/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Em conformidade com as informações do Censo 2017, pode-se observar que em relação a Distorção Idade-série, no Brasil, cerca de 96,7% dos (das) alunos (as) no primeiro (1º) ano do ensino fundamental estão na idade compatível para a série,

segundo a Lei de Diretrizes e Bases da Educação, que regula e organiza o sistema escolar brasileiro, independentemente da rede ou da localização da escola. Porém é perceptível a ascendência significativa da Distorção Idade-série a partir do quinto (5º) ano, demonstra que a trajetória dos alunos, já nos anos iniciais, é irregular. É notável por através dos dados que na rede privada a um maior sincronismo idade-série.

A Distorção Idade-série imobiliza milhões de brasileiros, deixando-os atados ao ciclo do fracasso escolar. Esse fenômeno, conforme mostra o gráfico anterior, atinge principalmente, as camadas mais vulneráveis da população, isto é, as escolas da zona rural. A Distorção Idade-série acarreta sérios problemas que refletem na exclusão, na medida em que as crianças e os adolescentes ficam mais propensos a abandonarem a escola para ingressar no mundo do trabalho de modo prematuro e em condições precárias, sem concluir os estudos. Esse problema afeta crianças e adolescentes que já estão privados de outros direitos constitucionais, além de que não têm assegurados os direitos de aprender e de se desenvolver na idade apropriada.

1.2 Educação Básica: marcos legais

A educação constitui um direito assegurado pela Constituição Federal Brasileira de 1988 a todo cidadão brasileiro, presente no artigo 205 da CF, onde a “educação, direito de todos e dever do Estado e da família, será promovida e incentivada com a colaboração da sociedade, visando ao pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”.

Para Saviani (2013), a atual Constituição Federal de 1988 “mantém o dispositivo relativo à competência da União, agora definida como privativa, de legislar sobre diretrizes e bases da educação nacional (Art. 22, Inciso XXIV); e dedica uma seção específica à educação (Seção I do Capítulo III, Da Educação, da Cultura e do Desporto), na qual se estipula como base do ensino os princípios da igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino”; gratuidade do ensino público em estabelecimentos oficiais”.(SAVIANI, 2013, p. 213).

O autor ressalta ainda que na Carta Magna, a qual ele menciona como “Coroação a Seção da Educação”, estão presentes alguns dispositivos, para que se possa tornar atingível o artigo 205:

A lei estabelecerá o plano nacional de educação, de duração plurianual, visando à articulação e ao desenvolvimento do ensino em seus diversos níveis e à integração das ações do Poder Público que conduzam à: I-Eradicação do analfabetismo; II-Universalização do atendimento escolar; III-Melhoria da qualidade do ensino; IV-Formação para o trabalho; V- Promoção humanística, científica e tecnológica do País (Art. 214) (SAVIANI, 2013, p. 214).

Todavia, segundo Saviani, existe um problema pendente na Constituição de 1988, quando se refere a questão do Sistema Nacional de Educação, no qual o autor considera pertinente comentar que “este assunto ficou mal resolvido”.

Em decorrência, a Constituição Federal de 1988, conforme Saviani (2013), a educação é o primeiro dos direitos sociais estabelecido no Art. 6º: “são direitos sociais a educação, a saúde, o trabalho, a moradia, o lazer, a segurança, a previdência social, a proteção à maternidade e à infância, a assistência aos desamparados, na forma desta Constituição”:

Como sabemos, importa distinguir entre a proclamação de direitos e a sua efetivação. A cada direito corresponde um dever. Se a educação é proclamada como um direito e reconhecida como tal pelo Poder Público, cabe a este poder a responsabilidade de prover os meios para que o referido direito se efetive. (SAVIANI, 2013, p. 220).

Sobre leis brasileiras de proteção à criança e adolescente, pode-se citar a Lei Nº 8.069, de 13 de julho de 1990, que se dispõe sobre o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), marco legal e regulatório perante as leis brasileiras no correspondente ao direito da criança e do adolescente. O Art. 1º deixa explícito a proteção integral à criança e ao adolescente; Art. 2º Considera-se criança, para os efeitos desta Lei, a pessoa até doze (12) anos de idade incompleta, e adolescente aquela entre dezoito anos de idade; e no Art. 3º A criança e ao adolescente gozam de todos os direitos fundamentais inerentes à pessoa humana, sem prejuízo da proteção integral de que trata esta Lei, assegurando-se lhes, por lei ou por outros meios, todas as oportunidades e facilidades, a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e de dignidade.”

As Leis vigentes no Brasil estabelecem que os (as) alunos (as) não terão nenhum empecilho para permanecer e alcançar o sucesso na trajetória escolar. No entanto, as Leis, sem a materialização e execução das políticas públicas, pouco se sustentam. No Art.18 da Lei citada anteriormente estabelece que “é dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor”.

A defasagem escolar causa diversos problemas na aprendizagem e na vida do (a) aluno (a), efeito negativo tais: como baixa autoestima, vergonha, medo, ansiedade, *bullying*, dentre outros problemas que afetam a vida social.

Segundo Libâneo (2012), educação de qualidade é “aquela mediante a qual a escola promove para todos os domínios dos conhecimentos e o desenvolvimento de capacidades cognitivas e afetivas indispensáveis ao atendimento de necessidade individual e social dos alunos, bem como a inserção no mundo e a constituição da cidadania também como poder de participação, tendo em vista a construção de uma sociedade mais justa e igualitária. Qualidade, pois, conceito implícito à educação e ao ensino” (LIBÂNEO, 2012, p. 132).

A LDB é a legislação que regulamenta o sistema educacional (público ou privado) do Brasil da educação básica ao ensino superior, considerada a mais importante no que refere à educação”. Lei essa criada no governo de Fernando Henrique Cardoso. Aprovada para “acompanhar e contemplar a globalização e reestruturação dos avanços tecnológicos e produtivos, com escolas e currículos compatíveis com os interesses do mercado”:

Considerando-se os embates travados entre comunidade dos educadores e o Governo FHC, cuja orientações de política educacional não contemplava as principais aspirações dos educadores; e levando-se em conta que o movimento dos educadores tendia a encontrar no Partido dos Trabalhadores (PT) um canal político natural de desaguadouro de suas reivindicações, configurava-se a expectativa de que a eventual chegada do PT ao poder federal abriria uma nova era para educação no país. (SAVIANI, 2007, p. 09,10).

Porém, o autor segue afirmando em seu texto que a posse de Lula e os primeiros movimentos de seu governo foram deixando clara a frustração daquela expectativa. Sendo mantidas as orientações políticas educacionais do governo anterior (SAVIANI, 2007, p. 10).

A LDB está organizada da seguinte forma no Ensino Fundamental: Art. 32. O ensino fundamental obrigatório, com duração de nove (9) anos, gratuito na escola pública, iniciando-se aos seis (6) anos de idade, terá por objetivo a formação básica do cidadão, mediante: I – o desenvolvimento da capacidade de aprender, tendo como meios básicos o pleno domínio da leitura, da escrita e do cálculo; II – a compreensão do ambiente natural e social, do sistema político, da tecnologia, das artes e dos valores em que se fundamenta a sociedade; III – o desenvolvimento da capacidade de aprendizagem, tendo em vista a aquisição de conhecimentos e habilidades e a formação

de atitudes e valores”. De acordo com a LDB, deve-se concluir essa etapa aos quatorze (14) anos de idade. Entretanto, devido as contradições existentes na educação, tem-se índices elevadíssimos de reprovações.

Todavia, na LDB (9.394/96), o Artigo 24, inciso V, respalda legalmente uma proposta pedagógica de aceleração, quando estabelece que um dos critérios da verificação do rendimento escolar seja a aceleração de estudos para alunos com atraso escolar:

V – a verificação do rendimento escolar observará os seguintes critérios: a) avaliação contínua e cumulativa do desempenho do aluno, com prevalência dos aspectos qualitativos sobre os quantitativos e dos resultados ao longo do período sobre os de eventuais provas finais; b) possibilidade de aceleração de estudos para alunos com atraso escolar; c) possibilidade de avanço nos cursos e nas séries mediante verificação do aprendizado; d) aproveitamento de estudos concluídos com êxito; e) obrigatoriedade de estudos de recuperação, de preferência paralelos ao período letivo, para os casos de baixo rendimento escolar, a serem disciplinados pelas instituições de ensino em seus regimentos(LDB, 2018, p. 18).

A educação pública e gratuita é um direito fundamental de natureza social, é um direito de todos e um dever do estado:

Da forma que modernamente se configurou, o direito à educação pode ser traduzido basicamente em dois aspectos: a oportunidade de acesso e a possibilidade de permanência na escola, mediante educação com nível de qualidade semelhante para todos. O direito à educação traz uma potencialidade emancipadora do ponto de vista individual e igualitária do ponto de vista social, visto que a sua afirmação parte do pressuposto que a escolarização é niveladora das desigualdades do ponto de partida (GILDA, 2011, p. 9).

No Brasil, ainda que a CF de 1988 assegure o direito a educação pública e gratuita para o pleno desenvolvimento do indivíduo e o exercício de cidadão, a educação ofertada pelo Estado é um reflexo das contradições do sistema vigente. Ou seja, trata-se de um modelo de educação que se alicerça nos interesses e na lógica do capital.

É bem verdade que, na última década, em governos mais progressistas, uma série de políticas públicas voltadas para a educação foram aprovadas, a exemplo das políticas de cotas e o próprio Exame Nacional do Ensino Médio - ENEM. No entanto, nos últimos quatro anos, houve novamente uma virada para uma educação mais tecnicista/profissional, com a aprovação do novo Ensino Médio, sendo o ponto máximo

do retrocesso.¹ Visto que a lei do novo Ensino Médio, Lei nº 13.415./2017, de acordo com o MEC, modificou a LDB estabelecendo mudanças na estrutura do ensino médio, elevando a carga horária do aluno (a) na escola, além de ofertar diversas possibilidades de escolhas aos alunos (as) com os itinerários formativos, “com foco nas áreas de conhecimento e na formação técnica e profissional”. Oferecendo a garantia de uma educação de qualidade, aproximando as escolas à realidade dos alunos, “considerando as novas demandas e complexidades do mundo do trabalho e da vida em sociedade”.

É admitido refletir sobre o que o autor Saviani (1982) aponta sobre as políticas públicas educacionais, voltadas aos interesses da classe dominante, quando se analisa esse cenário, como caminho repleto de armadilhas, já que os mecanismos de adaptação acionados periodicamente, a partir dos interesses dominantes podem ser confundidos com os anseios da classe dominada (SAVIANI, 1982, p.16).

Para além disso, a escola pública, tal como a conhecemos, está pautada e alicerçada na lógica do capital e por isso, contraditoriamente, não oferece emancipação sócio-política, ao contrário, constitui um polo de reprodução da desigualdade social. Althusser (1985) apresenta a escola como o Aparelho Ideológico de Estado (AIE) mais acabado.

[...] o aparelho ideológico do Estado que assumiu posição dominante nas formações capitalistas maduras, após uma violenta luta de classe política e ideológica contra o antigo aparelho ideológico do Estado dominante, é o aparelho ideológico escolar (ALTHUSSER, 1985, p. 77).

Porém, dialeticamente, considera-se que a escola pode se constituir como uma instituição que contribui com a emancipação social. No entanto, para que adquira essa condição, precisa superar a sua perspectiva que atende a lógica do capital. Assim, faz-se necessário a institucionalização de Políticas Públicas que visem superar as desigualdades dentro do contexto da realidade socioeconômica e cultural dos sujeitos mais vulneráveis a pobreza e a exclusão, que garantam direitos fundamentais, tais como saúde, segurança e acesso à educação para as crianças, jovens e adultos, independente da sua classe, raça, cor e localidade. Da mesma forma, temos que traçar maneiras,

¹ Conforme descrito na Exposição de Motivos, o texto encaminhado ao Congresso Nacional almeja “dispor sobre a organização dos currículos do ensino médio, ampliar progressivamente a jornada escolar deste nível de ensino e criar a Política de Fomento à Implementação de Escolas de Ensino Médio em Tempo Integral” (BRASIL, 2016a).

métodos e políticas pedagógicas para que a escola ignore o caráter burguês, as heranças socioculturais e trabalhe a ação pedagógica a partir da premissa de equidade.

A referência a política pública é no sentido atribuído por Santos (2012), o qual considera que “corresponde a: toda e qualquer política desenvolvida de modo a intervir nos processos formativos (e informativos) desenvolvidos em sociedade (seja na instância coletiva, seja na instância individual) e, por meio dessa intervenção, legítima, constrói ou desqualifica (muitas vezes de modo indireto) determinado projeto político, visando a atingir determinada sociedade”

Políticas públicas educacionais são as ações desenvolvidas para sanar os problemas existentes na Educação. E a escola é o espaço de efetivação para que essas políticas sejam aplicadas. Políticas educacionais, pensada em uma educação formadora, transformadora, libertadora e livre da opressão do capital. Porém o sistema educacional brasileiro são reflexos de políticas pensadas, planejadas pelo neoliberalismo, sempre propensos a desigualdades econômicas pois, são organizadas para consolidar a estrutura do capital. Só existe política de educação numa sociedade cujos problemas ressaltam na consciência de seus membros, sob a forma de um desafio que exige resposta adequada. A verdade desse postulado é muito singela, e pode ser expressa singelamente: não pode haver soluções onde não haja problemas. São difíceis as soluções educacionais no Brasil, porque não há consciência nítida dos problemas que a educação deva solucionar (MENDES, 2000, p. 135).

Libâneo (2015) também afirma que o sistema de políticas educacionais existentes no Brasil é consequência do pensamento político econômico dos organismos internacionais, que resultam na consolidação da doutrina neoliberal assentada no tripé desregulação, privatização e liberalização dos mercados e em políticas de reformas visando à modernização do Estado, no sentido de menos Estado e mais mercado, sendo assim esses organismos internacionais criaram estratégias ligadas à globalização da economia, tais como empréstimos aos países emergentes para recuperar o crescimento econômico com atuações em políticas sociais, especialmente educação e saúde; transformação de educação em negócio a ser tratado pela lógica do consumo e da comercialização, abrindo-se espaço em âmbito global para a mercadorização da educação; e transferência de serviços como educação e saúde para a gestão do setor privado (LIBÂNEO, 2015, p. 44).

A escola pública não é gratuita, ela é paga com impostos da sociedade, sendo assim é mais que um dever, é obrigação do Estado mantê-la em condições, de boa qualidade, com infraestrutura física adequada, professores qualificados e bem

remunerados, merenda, transporte, fardamento, livros, tecnologias digitais da atualidade.

Para Libâneo (2011) a escola bem organizada é aquela que garante condições pedagógicas e operacionais para que os professores desempenhem um bom trabalho a ponto de promover uma aprendizagem satisfatória a todos os alunos.

1.3 Causas e consequências

A escola foi idealizada num sistema de sociedade de classe, de forte apelo aos ideários liberais, e, como tal, tem como principais atributos o estímulo ao individualismo e a competição. Entretanto, numa sociedade alicerçada na desigualdade (social, cultural e financeira) é natural que os (as) alunos (as) cheguem a escola em estágios diferentes. Desta forma, tratá-los com igualdade não resolve o problema, ao contrário, reproduz e perpétua a desigualdade que deveria combater.

É sabido que essas crianças e adolescentes, onde maior parte são filhos de agricultores e pescadores residem em comunidades distantes, assentamentos de difícil acesso. São pais marginalizados por uma sociedade que os exclui, privando-os de direitos básicos. Chega-se a ser contraditório a mesma sociedade que fazem as leis, ela própria impede a inclusão desses sujeitos. No entanto, ainda que pequenas, muitas delas sofrem com suas angústias, pelo fato de estarem vulneráveis as suas condições, socioeconômico-cultural, devido trazer consigo a desigualdade do capital cultural de seus pais, nos quais também sofrem com a desigualdade educacional, fazendo com que essa criança seja automaticamente excluída, desenvolvendo o sentimento de inferioridade, incapacidade, em relação das demais crianças.

A Distorção Idade-série é uma das causas preponderantes para evasão escolar, como também da reprodução da marginalização social.

As consequências desse atraso escolar, seja por quaisquer motivos, acarretam seríssimos problemas, fazendo com que conduzam por toda vida os impactos do fracasso escolar, seja na educação, saúde, trabalho, expectativa de vida e justiça social, além de estarem passíveis a violência e as drogas. São alunos (as) desacreditados, desestimulados a prosseguir com sua vida escolar devido as circunstâncias que os cercam.

Portanto, a problematização da Distorção, suas causas, consequências e possíveis soluções são relevantes para uma reflexão mais intensiva e objetiva, a importância da formação e inclusão desse cidadão na sociedade.

2 A DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE EM ESCOLAS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE ASSÚ/RN

2.1 As condições socioeconômicas e culturais da comunidade

A Distorção Idade-série é um problema real que afeta, consideravelmente, as escolas públicas da Zona Rural do Município de Assú, Rio Grande do Norte (RN). Crianças e adolescentes, muitos deles, filhos de pais não alfabetizados, chegam a escola praticamente sem letramento ao passo que vivem num modelo de sociedade capitalista que, em essência, estimula cada vez mais a competição individual entre os indivíduos.

De fato, trata-se de um grupo social que está à margem das atenções do Estado capitalista no que diz respeito ao provimento de condições necessárias para a sua emancipação social e cultural.

O conhecimento sobre a situação cultural, social e econômica dos (das) alunos (as) é fundamental para elaboração de uma política pedagógica alicerçada na equidade. Ou seja, um sistema de ensino que não reconhece as individualidades e o histórico familiar dos alunos – como resultado das suas condições objetivas e subjetivas da vida material - na medida em que o modelo cria condições que penalizam os indivíduos, corroboram, de forma decisiva, para tornar a escola pública uns lócus de reprodução de desigualdades sociais.

Nos últimos anos, a Distorção Idade-série tem se tornado um problema sério para educação do município de Assú ao gerarem consequências que incidem diretamente sobre, como bem exemplifica os dados do INEP nos referidos cinco (5) anos seguintes abaixo:

Taxa de Distorção Idade-série do Município de Assú/RN - 2017

Taxa de Distorção Idade-série, por Localização e Dependência Administrativa, nos Níveis de Ensino Fundamental e Médio

Localização	Dependência Administrativa	Ensino Fundamental de 8 e 9 anos											Ensino Médio				
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total	1ª Série	2ª Série	3ª Série
Total	Total	24,0	14,1	36,2	1,4	4,3	6,2	24,5	29,2	3	37,6	36,5	31,3	38,5	43,6	37,4	30,2
Urbana	Total	23,2	13,7	34,6	1,5	4,8	6,1	22,9	27,0	3	37,0	34,8	28,3	38,5	43,6	37,4	30,2
Rural	Total	27,3	16,0	43,5	0,9	2,7	6,3	30,8	38,3	4	40,6	44,3	42,6	--	--	--	--

Total	Estadual	51,8	35,9	57,7	2,6	8,8	12,9	44,4	58,6	6	62,4	55,7	49,7	48,5	52,9	47,1	41,1
Urbana	Estadual	51,8	35,9	57,7	2,6	8,8	12,9	44,4	58,6	6	62,4	55,7	49,7	48,5	52,9	47,1	41,1
Total	Municipal	25,6	16,4	40,6	0,8	5,4	7,8	28,9	33,8	3	43,8	43,5	37,4	--	--	--	--
Urbana	Municipal	24,7	16,6	38,8	0,8	6,9	8,5	28,0	31,7	3	45,3	43,0	33,2	--	--	--	--
Rural	Municipal	27,3	16,0	43,5	0,9	2,7	6,3	30,8	38,3	4	40,6	44,3	42,6	--	--	--	--
Total	Privada	4,1	3,0	5,6	2,6	1,8	1,7	4,7	4,3	5	4,8	6,5	6,2	8,7	11,0	10,1	4,2
Urbana	Privada	4,1	3,0	5,6	2,6	1,8	1,7	4,7	4,3	5	4,8	6,5	6,2	8,7	11,0	10,1	4,2
Total	Pública	31,3	18,5	46,6	0,9	5,6	8,3	31,1	37,6	4	49,9	48,0	41,6	48,5	52,9	47,1	41,1
Urbana	Pública	32,8	19,6	47,6	0,9	7,0	9,1	31,2	37,3	4	52,5	49,3	41,2	48,5	52,9	47,1	41,1
Rural	Pública	27,3	16,0	43,5	0,9	2,7	6,3	30,8	38,3	4	40,6	44,3	42,6	--	--	--	--

Fonte: Censo da Educação Básica 2017/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Taxa de Distorção Idade-série do Município de Assú/RN - 2018

Taxa de Distorção Idade-série, por Localização e Dependência Administrativa, nos Níveis de Ensino Fundamental e Médio

Localização	Dependência Administrativa	Ensino Fundamental de 8 e 9 anos										Ensino Médio					
		T o t a l	A n o s In i c i a i s	A n o s F i n a i s	1º A n o	2º A n o	3º A n o	4º A n o	5º	6º A n o	7º A n o	8º A n o	9º A n o	T o t a l	1ª Sé rie	2ª Sé rie	3ª Sé rie
Total	Total	21,7	12,9	32,7	2,3	1,9	7,4	21,7	27,3	3	34,3	33,6	26,0	37,5	45,7	28,7	31,5
Urbana	Total	20,8	12,6	30,5	2,6	1,7	7,8	21,0	24,9	3	32,9	31,6	24,3	37,5	45,7	28,7	31,5
Rural	Total	25,6	14,1	43,2	1,0	2,4	5,9	24,7	37,1	4	41,4	42,1	36,3	--	--	--	--
Total	Estadual	47,1	33,1	52,7	0,0	2,6	10,6	39,1	54,9	5	53,8	53,0	46,2	47,9	55,3	38,3	42,1
Urbana	Estadual	47,1	33,1	52,7	0,0	2,6	10,6	39,1	54,9	5	53,8	53,0	46,2	47,9	55,3	38,3	42,1
Total	Municipal	24,3	14,6	40,0	1,2	1,6	9,4	26,7	32,3	4	39,6	42,6	35,3	--	--	--	--
Urbana	Municipal	23,6	14,9	38,3	1,3	1,1	11,2	27,4	30,0	3	38,8	43,0	34,8	--	--	--	--
Rural	Municipal	25,6	14,1	43,2	1,0	2,4	5,9	24,7	37,1	4	41,4	42,1	36,3	--	--	--	--
Total	Privada	4,7	4,2	5,3	5,3	2,4	2,8	5,0	5,3	5	4,8	5,4	4,9	8,4	10,2	6,9	7,6
Urbana	Privada	4,7	4,2	5,3	5,3	2,4	2,8	5,0	5,3	5	4,8	5,4	4,9	8,4	10,2	6,9	7,6
Total	Pública	28,7	16,5	44,0	1,1	1,6	9,5	28,6	35,8	4	43,9	46,1	38,8	47,9	55,3	38,3	42,1
Urbana	Pública	29,9	17,5	44,3	1,2	1,2	11,2	29,8	35,3	4	44,6	47,6	39,5	47,9	55,3	38,3	42,1
Rural	Pública	25,6	14,1	43,2	1,0	2,4	5,9	24,7	37,1	4	41,4	42,1	36,3	--	--	--	--

Fonte: Censo da Educação Básica 2018/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Taxa de Distorção Idade-série do Município de Assú/RN - 2019

Taxa de Distorção Idade-série, por Localização e Dependência Administrativa, nos Níveis de Ensino Fundamental e Médio

Localização	Dependência Administrativa	Ensino Fundamental de 8 e 9 anos												Ensino Médio			
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total	1ª Série	2ª Série	3ª Série
Total	Total	19,7	12,3	29,1	2,0	3,4	3,6	20,2	27,3	3	31,8	25,8	25,5	37,8	47,2	32,6	22,4
Urbana	Total	18,4	11,7	26,4	1,8	3,2	3,0	20,6	24,3	2	28,6	22,7	23,7	37,8	47,2	32,6	22,4
Rural	Total	25,3	14,4	43,2	2,6	4,2	5,5	18,7	39,1	4	49,0	40,9	34,7	--	--	--	--
Total	Estadual	43,2	28,7	49,0	7,1	0,0	10,0	36,2	40,9	5	52,3	41,9	45,9	48,1	57,0	41,5	31,6
Urbana	Estadual	43,2	28,7	49,0	7,1	0,0	10,0	36,2	40,9	5	52,3	41,9	45,9	48,1	57,0	41,5	31,6
Total	Municipal	22,1	14,2	36,2	2,2	3,3	3,0	24,9	34,1	3	38,3	32,2	33,9	--	--	--	--
Urbana	Municipal	20,5	14,0	32,5	2,0	2,8	1,6	27,3	31,7	3	33,2	27,2	33,5	--	--	--	--
Rural	Municipal	25,3	14,4	43,2	2,6	4,2	5,5	18,7	39,1	4	49,0	40,9	34,7	--	--	--	--
Total	Privada	4,6	4,0	5,4	1,3	4,4	3,9	4,5	5,5	5	4,4	5,2	6,2	9,4	10,4	12,4	4,9
Urbana	Privada	4,6	4,0	5,4	1,3	4,4	3,9	4,5	5,5	5	4,4	5,2	6,2	9,4	10,4	12,4	4,9
Total	Pública	26,1	15,5	40,2	2,3	3,1	3,4	26,2	35,3	4	42,9	35,3	37,2	48,1	57,0	41,5	31,6
Urbana	Pública	26,3	16,0	39,3	2,2	2,6	2,4	28,8	33,8	4	41,2	33,4	38,1	48,1	57,0	41,5	31,6
Rural	Pública	25,3	14,4	43,2	2,6	4,2	5,5	18,7	39,1	4	49,0	40,9	34,7	--	--	--	--

Fonte: Censo da Educação Básica 2019/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Taxa de Distorção Idade-série do Município de Assú/RN - 2020

Taxa de Distorção Idade-série, por Localização e Dependência Administrativa, nos Níveis de Ensino Fundamental e Médio

Localização	Dependência Administrativa	Ensino Fundamental de 8 e 9 anos												Ensino Médio			
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total	1ª Série	2ª Série	3ª Série
Total	Total	19,2	10,1	30,7	1,1	2,6	5,5	16,7	19,9	3	32,0	28,8	23,5	34,3	40,8	30,0	25,8
Urbana	Total	17,9	9,6	27,7	0,7	1,9	4,8	15,8	19,3	3	29,8	25,7	20,7	34,3	40,8	30,0	25,8
Rural	Total	24,9	12,0	46,2	2,6	5,0	8,0	20,0	22,2	5	45,8	45,1	38,4	--	--	--	--
Total	Estadual	36,4	21,1	39,7	4,3	0,0	6,1	23,3	39,7	3	44,0	40,5	34,3	45,2	51,5	42,1	33,8
Urbana	Estadual	36,4	21,1	39,7	4,3	0,0	6,1	23,3	39,7	3	44,0	40,5	34,3	45,2	51,5	42,1	33,8
Total	Municipal	21,8	11,5	42,1	1,0	2,8	5,3	20,2	23,4	5	42,1	39,8	31,0	--	--	--	--

Urbana	Municipal	20,3	11,2	39,7	0,3	1,6	4,0	20,3	24,0	4	40,3	36,6	26,5	--	--	--	--
Rural	Municipal	24,9	12,0	46,2	2,6	5,0	8,0	20,0	22,2	5	45,8	45,1	38,4	--	--	--	--
Total	Privada	5,2	5,3	5,1	0,9	2,5	6,1	4,9	9,8	4	7,8	3,4	4,5	9,2	9,3	9,0	9,4
Urbana	Privada	5,2	5,3	5,1	0,9	2,5	6,1	4,9	9,8	4	7,8	3,4	4,5	9,2	9,3	9,0	9,4
Total	Pública	25,0	12,1	41,2	1,2	2,6	5,4	20,5	25,2	4	42,9	40,1	32,3	45,2	51,5	42,1	33,8
Urbana	Pública	25,0	12,2	39,7	0,6	1,5	4,2	20,6	26,3	4	42,1	38,6	30,5	45,2	51,5	42,1	33,8
Rural	Pública	24,9	12,0	46,2	2,6	5,0	8,0	20,0	22,2	5	45,8	45,1	38,4	--	--	--	--

Fonte: Censo da Educação Básica 2020/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

Taxa de Distorção Idade-série do Município de Assú/RN - 2021

Taxa de Distorção Idade-série, por Localização e Dependência Administrativa, nos Níveis de Ensino Fundamental e Médio

Localização	Dependência Administrativa	Ensino Fundamental de 8 e 9 anos												Ensino Médio			
		Total	Anos Iniciais	Anos Finais	1º Ano	2º Ano	3º Ano	4º Ano	5º	6º Ano	7º Ano	8º Ano	9º Ano	Total	1ª Série	2ª Série	3ª Série
Total	Total	17,8	8,2	28,9	2,6	3,5	5,3	6,8	18,9	1	34,6	32,9	28,5	33,0	22,8	42,1	29,8
Urbana	Total	17,1	8,2	26,5	3,3	3,7	5,5	5,9	18,8	1	31,3	30,8	26,1	33,0	22,8	42,1	29,8
Rural	Total	21,0	8,0	41,2	0,0	3,0	4,9	10,1	19,4	2	49,7	46,1	41,9	--	--	--	--
Total	Estadual	35,2	11,2	39,5	9,1	7,7	0,0	7,9	19,4	3	37,1	42,9	39,1	42,0	27,4	51,1	42,4
Urbana	Estadual	35,2	11,2	39,5	9,1	7,7	0,0	7,9	19,4	3	37,1	42,9	39,1	42,0	27,4	51,1	42,4
Total	Municipal	18,1	7,7	35,9	0,7	1,6	4,1	6,0	21,2	2	47,4	41,5	37,2	--	--	--	--
Urbana	Municipal	16,8	7,6	33,2	1,1	0,9	3,8	4,3	21,9	1	45,8	39,3	34,5	--	--	--	--
Rural	Municipal	21,0	8,0	41,2	0,0	3,0	4,9	10,1	19,4	2	49,7	46,1	41,9	--	--	--	--
Total	Privada	7,6	8,9	6,2	6,4	8,9	8,8	8,7	11,6	4	7,0	8,1	5,0	8,4	10,9	8,3	6,3
Urbana	Privada	7,6	8,9	6,2	6,4	8,9	8,8	8,7	11,6	4	7,0	8,1	5,0	8,4	10,9	8,3	6,3
Total	Pública	21,5	7,9	37,2	0,9	1,9	3,9	6,1	21,1	2	43,0	42,1	38,0	42,0	27,4	51,1	42,4
Urbana	Pública	21,7	7,9	36,1	1,3	1,3	3,5	4,6	21,6	2	40,9	41,1	37,0	42,0	27,4	51,1	42,4
Rural	Pública	21,0	8,0	41,2	0,0	3,0	4,9	10,1	19,4	2	49,7	46,1	41,9	--	--	--	--

Fonte: Censo da Educação Básica 2021/ Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira - INEP.

O Censo da Educação Básica do INEP apresenta diversos dados acerca da Distorção Idade-série no município de Assú/RN entre os anos 2017 a 2021. A partir do cruzamento dos dados pode-se obter informações gerais sobre o tema, bem como informações específicas como a taxa de alunos em atraso por região (urbana/rural), por

esfera administrativa (pública/privada) e ainda, de modo mais detalhado, nos âmbitos estadual e municipal.

É importante atentar-se para os dados apresentados anteriormente para compreender o problema no município de Assú de forma mais ampla. Permite-se realizar comparações entre os sistemas de ensino, assim como os processos de aprendizagens e questionamentos sobre qualidade, equidade e eficiência dos sistemas de ensino.

Considera-se, portanto, que, a partir de uma análise crítica e rigorosa sobre o que significam os dados apresentados, é possível formular estratégias e ações concretas para o enfrentamento da problemática.

2.2. Os fatores causadores da Distorção Idade-série em escolas da Zona Rural de Assú-RN

A filosofia da educação rural é alicerçada na ideologia do latifúndio e no controle social e político da terra. Por isso, Saviani (2003) critica o otimismo pedagógico em torno da estrutura organizacional das escolas rurais. Para o autor, as escolas rurais no Brasil ainda estão fundamentadas nos ideais da Escola Nova² e não funcionam como um espaço de emancipação social, cultural e política. Desta forma:

A função da escola rural confunde-se com o conceito que acompanha, pois, as escolas rurais, de mestre único, multisseriada, fazem parte da história da educação brasileira, enquanto que as escolas rurais criadas para preparar o homem produtivo que, além dos conhecimentos básicos, dominassem as técnicas de plantio e fosse garantia de melhor produção, foi sistematizada pelo Decreto-Lei 9613, de 20 de agosto de 1946, como Lei Orgânica do Ensino Agrícola (MIGUEL, 2007, p 83).

Portanto, para além dessas características fisiológicas e nacionais da educação rural, as escolas do campo da Zona Rural de Assú apresentam suas próprias particularidades.

São muitos os fatores que dificultam o processo de aprendizagem dos alunos (as) que moram na zona rural, principalmente nas comunidades distantes e nos assentamentos. Eles (as) utilizam o transporte escolar que fazem o trajeto das comunidades para as escolas mais próximas, nas quais o acesso se dá por estradas

² A Escola Nova foi um movimento educacional que teve seu início no Brasil, durante a década de 1920 e consolidou-se na Era Vargas. O Manifesto da Escola Nova apresentou um sistema de ensino pautado pela liberdade e uma pedagogia laica.

carroçáveis e esburacadas, com problemas que se agravam nos períodos de invernos, condições que impossibilitam a entrada e a saída dos veículos. Por sua vez, não é raro alguns desses veículos se encontrarem em péssimas condições: buracos no piso, poltronas danificadas, dentre outros problemas como a poeira que suja as vestimentas, além de ocasionar problemas de saúde. Além disso, tem dias que não chegam na escola porque o veículo quebra. Ressalta-se que o percurso até as escolas mais próximas, que estão localizadas as margens da rodovia RN 016, podem durar cerca de duas horas para chegar na escola e mais duas horas para regressar as suas casas, a depender das condições climáticas e materiais.³

Sabe-se que existem políticas públicas educacionais com programas de transportes escolares, tais como, O Caminho da Escola-2007 e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE) 2004. Ambos têm como objetivos garantir a chegada e a permanência dos alunos da zona rural na escola, reduzindo a evasão escolar. Programas esses ampliados em 2009 para toda Educação Básica, ensino infantil, fundamental e médio.

É importante salientar que os programas citados possibilitam também pagamentos de serviços de transportes escolar realizados por terceiros, ou seja, serviços terceirizados, o que nem sempre tais serviços dispõem de transportes adequados para serem locados. Entretanto, prestam os serviços.

Respalando-se na CF de 1988, na qual menciona em seu Artigo 205 que a Educação é direito de todos e dever do Estado e da Família e será promovida e incentivada com a participação de toda sociedade, tendo em vista o desenvolvimento do sujeito, precisa-se de Políticas Públicas educacionais que disponha de meios para que essa garantia seja efetivada na prática, que pensem com superar, diminuir as desigualdades, dentro de um contexto da realidade socioeconômico e cultural dos (das) alunos (as) que estão vulneráveis a pobreza e a exclusão. Sendo assim se faz necessário construções de escolas de qualidade dentro dessas comunidades distantes, para amenizar os obstáculos da locomoção de uma comunidade isolada para uma comunidade polo, em horários impróprios, afadigando os (as) alunos (as), antes de chegarem a escola.

³ O Ministério da Educação tem dois programas voltados para o transporte de estudantes: o Programa Caminho da Escola e o Programa Nacional de Apoio ao Transporte do Escolar (PNATE), que visam atender alunos moradores da zona rural. Os dois programas visam à melhoria do Ensino Fundamental das escolas rurais, garantindo o acesso dos (das) alunos (as) da zona rural à escola e sua permanência nela. O programa também possibilita o pagamento de serviços de transportes escolar realizados por terceiros.

Outra questão importante é a desestabilização das relações familiares, crianças criadas pelas avós (pais separados) avós sem condições físicas de saúde. Outro aspecto considerável é a condição material dos pais, que afeta no desenvolvimento da aprendizagem das crianças, uma vez que estes não podem auxiliar nas tarefas de casas, nem muito menos têm condições de proporcionar um reforço escolar privado. Constatase que as condições financeiras estão abaixo da linha da pobreza, onde quase sempre sua única fonte de renda são programas de assistência sociais.

Para além das questões políticas, sociais, culturais e econômicas, é necessário salientar a dimensão pedagógica na qual destaca-se as turmas multisseriada composta por alunos de séries e idades diferentes, dividindo a mesma sala de aula, e habitualmente o mesmo professor.⁴ Essa problemática acontece, especificamente na Zona Rural de Assú, em razão de não ter crianças suficientes para formar as turmas. Por exemplo, uma turma dos anos iniciais tem dois (2) alunos (as) do primeiro ano, cinco (5) do segundo e seis (6) do terceiro ano.

Há ainda outros impasses que impulsionam o fenômeno da Distorção Idade-série: o abandono escolar e reprovação, que resultam em repetição de ano. Tal processo cultiva um sentimento de inferioridade onde se produz barreiras e conceitos preconceituosos, os quais responsabilizam os (as) alunos (as) responsabilizando pelo fracasso escolar, pelas circunstâncias nas quais foram submetidos a exclusão social. Visto que o Estado deveria ser o responsável para que isso não ocorresse.

Diante todas essas problemáticas que envolvem estudantes da zona rural, alguns membros da equipe pedagógica das escolas do município têm buscado meios para evitar a reprovação em massa. A equipe pedagógica tem buscado estreitar os laços com a família e a comunidade escolar, realizando visitas regulares afim de compreender a não assiduidade das e crianças e adolescentes que estão em situação de vulnerabilidade. Entretanto, esbarra nas circunstâncias precárias das famílias, que por uma conjuntura de fragilidade econômica e sociocultural, infelizmente estão mais preocupadas com a questão da frequência escolar por conta do medo de perderem o Bolsa Família (responsáveis pelo sustento da família), do que, de fato, com o desenvolvimento educacional de seus filhos (as).

⁴ Art. 23. A educação básica poderá organizar-se em séries anuais, períodos semestrais, ciclos, alternância regular de períodos de estudos, grupos não-seriados, com base na idade, na competência e em outros critérios, ou por forma diversa de organização, sempre que o interesse do processo de aprendizagem assim o recomendar (LBD 9394/96).

Libâneo (2016), em seu texto, “Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar”, também corrobora com essa discussão, ao apontar que tais políticas existentes no Brasil modificam a essência do que venha ser o conceito de escola, além de corromper as funcionalidades emancipadoras do conhecimento.

[...] estudos recentes indicam, por exemplo, que uma das orientações mais presentes nos documentos do Banco Mundial é a institucionalização de políticas de alívio da pobreza expressas numa concepção de escola como lugar de acolhimento e proteção social, em que um de seus ingredientes é a implementação de um currículo instrumental ou de resultados. Tais políticas trazem junto o desfiguramento da escola como lugar de formação cultural e científica e, em consequência, a desvalorização do conhecimento escolar significativo (LIBÂNEO, 2016, p. 40-41).

No decorrer do texto Libâneo (2016) reafirma seu posicionamento que as escolas existem com propósito singular, promover a aquisição do conhecimento e que fora desse contexto, restringi o indivíduo as possibilidades de conquistar o que Ele chama de “conhecimento poderoso”. As crianças e adolescentes, que chegam a escola nessas condições, carregam os obstáculos e os desafios de estudar com crianças bem mais novas, o que acarreta num grau elevado de desistência, até que o sistema de ensino os redirecionem para a modalidade de Educação de Jovens a Adultos (EJA). Contudo, essa modalidade de ensino não é ofertada para escolas da Zona Rural, ou seja, o EJA está disponível apenas na Zona Urbana. Soma-se a isso, a condição material e a situação de Distorção de Idade-série, que exigem desses adolescentes a necessidade de trabalhar, inviabilizando a continuidade do acesso à educação.⁵

⁵ Art. 37. A educação de jovens e adultos será destinada àqueles que não tiveram acesso ou continuidade de estudos nos ensinos fundamental e médio na idade própria e constituirá instrumento para a educação e a aprendizagem ao longo da vida.

3 AS DETERMINAÇÕES HISTÓRICAS E MATERIAIS DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE EM ESCOLAS DA ZONA RURAL DO MUNICÍPIO DE ASSÚ/RN

3.1. Que pensam os (as) professores (as) em relação a Distorção Idade-série em escolas da Zona Rural do município de Assú/RN

Diante do exposto, sobre o que ocasiona o fenômeno da Distorção Idade-série, constata-se que existem determinantes primários decorrentes das condições materiais tais como: pobreza, fome, cansaço em razão do trabalho dos (as) alunos (as) e dos (as) familiares não alfabetizados. Soma-se a isto a alienação do trabalho que atende a lógica do capital inculcada na consciência dos indivíduos, em razão de estarem condicionados (as) as condições matérias de sobrevivência. Além das determinações secundárias tais como as dificuldades ao acesso a escola e aulas que ocorrem fora do contexto da realidade no qual os (as) alunos (as) se encontram.

Os procedimentos adotados na coleta de dados para o estudo da Distorção Idade-série envolveu a realização de entrevistas por meio de questionários semiestruturado utilizados para coletar informações dos (as) professores (as) acerca da problemática. A finalidade desse procedimento era identificar a percepção dos (as) professores (as) acerca da Distorção Idade-série em escolas da Zona Rural do Município de Assú/RN, bem como as condições econômicas e sociais das famílias dos (das) alunos (as) em escolas da Zona Rural de Assú/RN. Para essa finalidade, selecionamos um grupo de seis (6) professores (as) com formação em Pedagogia e atuação na área de ensino como professor polivalente. Ressalta-se que todos (as) do grupo atuam em mais de uma instituição de ensino, pública ou privada. Os (as) professores (as) trabalham uma carga horária diária de mais dez (10) horas.

Destaca-se as ações implementadas nas escolas com vistas à superação do fenômeno da Distorção Idade-série, como aula de reforço dentro da escola, realizações de atividades lúdicas, projetos de leitura e escrita.

A partir das observações dos relatos das entrevistas, no âmbito da questão: em que sentido o fenômeno Distorção Idade-série impactava no desenvolvimento do trabalho pedagógico? percebe-se uma certa aflição por parte dos (as) professores (as), tal como se observa na sua fala:⁶

⁶ Os nomes dos (das) Professores (as) citados (as) nessa monografia são codinomes fictícios usados com a finalidade de preservar a identidade real dos (as) professores (as).

Muitas vezes o educador precisa adaptar o plano de aula para que esses alunos acompanhe o conteúdo, a falta de interesse por parte dos educandos, seja por preguiça ou timidez, por ser mais velho e estar atraso, seja por falta de concentração ou problemas psicológicos, tudo isso afeta o andamento das aulas, incluído em um certo atraso no que deveria repassado aos demais educandos (Professora Maria).

Já a segunda professora relata as principais consequências da Distorção Idade-série e faz um comparativo com os (as) alunos (as) que se encontram em faixa etária regular e enfatiza também que é necessário resgatar a autoestima dos (das) alunos (as).

Uma das principais consequências é o baixo desempenho dos alunos em atraso escolar quando comparado aos alunos regulares e o próximo passo provável é a evasão escolar. É necessário resgatarmos a autoestima desses alunos mostrando que só a educação é o caminho (Professora Joana).

Entretanto, a outra professora alega que um dos fatores que mais dificulta seu desenvolvimento no trabalho pedagógico, quando se trata do aluno (a) que se encontra em Distorção Idade-série, é que estes (as) alunos (as) são tímidos, tem embaraço em compreender os conteúdos, são apáticos e desobedientes.

Inibição dos alunos, dificuldade de compreensão do conteúdo, alunos com dificuldade na alfabetização, desinteresse e indisciplina (Professora Maria de Fátima).

Ademais, na entrevista com o professor ele é breve em sua resposta ao afirmar que a Distorção Idade-série impacta em todo o desenvolvimento das atividades realizadas na sala de aula.

Impacta em todo o desenvolvimento das atividades realizadas na sala de aula (Professor José).

Em seguida, em diálogo com outro professor ele narra que um dos grandes obstáculos em executar o que foi desenvolvido no trabalho pedagógico em sala de aula é quando alguns alunos (as) se encontram na condição de distorção, pois ocorrem conversas paralelas, falta de atenção, questão que resulta em uma aula não satisfatória.

Conversas paralelas, requisitam mais atenção e práticas sobre essas dificuldades (Professor João).

Por outro lado, a Professora Flávia declara com firmeza que o fenômeno da Distorção Idade-série impacta de modo direto no trabalho do docente, quando se trata do desenvolvimento pedagógico, uma vez que todos os planos de aulas planejados

visam atender toda turma, considerando os níveis de conhecimentos e em conformidade com a necessidades dos alunos (as).

Impacta diretamente no trabalho do Professor, pois o mesmo necessita ampliar seus Planos de aula, visando assim atender uma realidade vivenciada diariamente em sala de aula. As atividades são apresentadas aos alunos (as) de acordo o nível, se o aluno pertence ao 2º ano, mas não conhece o alfabeto, temos a necessidades de buscar formas de aprendizagens que venham alcançar esse aluno, diante disso, o trabalho Pedagógico do Professor não será apenas de ensinar, mas si, de transformar uma realidade nas nossas salas de aula (Professora Flávia).

É notório que as principais dificuldades dos (das) professores (as) se somam diante do cenário. As dificuldades de trabalhar as didáticas para os (as) alunos (as) que se encontram em defasagem escolar, transformam num abismo entre professor (a) e aluno (a), pois requer esforço e mecanismos para conseguir tornar esse ambiente atrativo, percebe-se a falta de uma formação continuada. A ausência de um investimento maior por parte do poder público, algo mais elaborado e direcionado para possibilidade de um contato mais direto que entre professor e aluno que resulte em uma maior eficácia do modelo de ensino-aprendizagem.

Nesse sentido de acordo com Libâneo (1994), a didática como atividade pedagógica escolar é uma disciplina da:

[...] a Pedagogia investiga a natureza das finalidades da educação como processo social, no seio de uma determinada sociedade, bem como as metodologias apropriadas para a formação dos indivíduos, tendo em vista o seu desenvolvimento humano para tarefas na vida em sociedade. Quando falamos das finalidades da educação no seio de uma determinada sociedade, queremos dizer que o entendimento dos objetivos, conteúdos e métodos da educação se modifica conforme as concepções de um homem e da sociedade que, em cada contexto econômico e social de um momento da história humana, caracterizam o modo de pensar, o modo de agir e os interesses das classes e grupos sociais. A Pedagogia, portanto, é sempre uma concepção da direção do processo educativo subordinada a uma concepção político-social (LIBÂNEO, 1994, p. 52).

Portanto, como dá suporte a esses profissionais é um dos grandes desafios da educação brasileira. Já que implica enfrentar fatores fundamentais na sociedade. Como recuperar o tempo perdido? Descobrir formas de como chegar nos (nas) alunos (as). É um problema que precisa estar presente desde a formação do professor. Buscando questionamentos como fazer, como trazer esses alunos (as) para perto e como inserir os con-

teúdos a serem estudados de formar significativa, de acordo com o contexto real da vida deles.

Por outro lado, observa-se diante do respaldo das entrevistas que é necessário refletir sobre o verdadeiro papel da docência, como um processo mediador e facilitador, que conduz, ensina e instrui, o (a) aluno (a) não apenas para atender as exigências do mercado e da base econômica capitalista que determina que os indivíduos se tornem componentes da sua própria produção. Para isso, penetra e manipula a escola para alcançar seus objetivos. Por isso, também é relevante que ocorra qualificação dos (as) profissionais e remuneração digna do trabalho de modo que se promova não só condições de igualdade, mas também equidade, considerando as particularidades dos (as) alunos (as). Dessa forma, se vislumbraria a construção de uma escola transformadora e emancipadora frente a opressão capitalista.

3.2. As condições materiais das famílias dos (das) alunos (as) das escolas da Zona Rural de Assú/RN: dimensões econômicas e sociais

Antes de tudo, é preciso tomar consciência que as condições materiais em que as famílias estão inseridas são determinantes, em última instância, para a condição social e/ou psicológica de como elas se reconhecem e/ou se relacionam dialeticamente com a sociedade. Essa compreensão, na nossa análise sobre o objeto de estudo, foi consubstanciada pelo pensamento de Marx expresso no prefácio de a Contribuição à Crítica da Economia Política de 1859, tal como se observa: Marx (2008) afirma que:

Na produção social da própria existência, os homens entram em relações determinadas, necessárias, independentes de sua vontade; essas relações de produção correspondem a um grau determinado de desenvolvimento de suas forças produtivas materiais. A totalidade dessas relações de produção constitui a estrutura econômica da sociedade, a base real sobre a qual se eleva uma superestrutura jurídica e política e à qual correspondem formas sociais determinadas de consciência” (MARX, 2008).

Sobre o mesmo aspecto, continua Marx:

“ (...) O modo de produção da vida material condiciona o processo de vida social, política e intelectual. Não é a consciência dos homens que determina o seu ser; ao contrário, é o seu ser social que determina sua consciência ” (MARX, 2008).

Isto é, as impressões que as famílias fazem de seu contexto social, cultural e político, estão completamente condicionadas às condições materiais de existência. Desta forma, o modo de produção capitalista, além de determinar o lugar social das famílias, coloniza também a consciência dos sujeitos, para que não haja nenhuma possibilidade de emancipação social.

Constata-se que as famílias se encontram em precárias condições de existência material. São famílias alicerçadas no modelo de sociedade patriarcal, onde as mulheres são donas de casa e a figura do pai é, majoritariamente, o provedor financeiro do lar. As atividades se dividem em agricultura familiar de subsistência e/ou a extração e venda de lenha para madeireiras ou cerâmicas. Contudo, a maioria dessas famílias são beneficiárias dos programas de transferência de renda e vivem com até meio salário mínimo.

Ressalta-se que a realidade das famílias são de extrema pobreza. Ou seja, vivem em condições insalubres para o desenvolvimento humano. Grande parte das moradias são de taipas, com piso de terra batido e, sem nenhum saneamento básico.

Somado a toda essa situação de vulnerabilidade social e econômica, que força muitas das crianças (alunos (as) da escola) a se submeterem ao trabalho infantil para ajudarem financeiramente em casa tem a questão do baixo nível de escolaridade dos pais. Na pesquisa é possível constatar que a maioria dos pais ou não são alfabetizados ou não chegaram nem a concluir o ensino fundamental.

De acordo com o questionário aplicado na pesquisa de campo, na concepção das famílias, no tocante às dificuldades ao acesso da criança na escola, obteve-se informações substanciais para o entendimento da problemática da Distorção Idade-série. As repostas afirmam que as determinações primárias da Distorção Idade-série estão entrelaçadas a conjuntura socioeconômica e cultural em que os (as) alunos (as) estão imersos (as). Além disso, pode-se incluir, segundo a família, outros componentes que contribuem com o fenômeno, como: a distância das escolas, a falta de transporte, condição financeira, o trabalho do campo, o horário de sair e chegar em casa, as estradas esburacadas, motivos de saúde. Ainda mais é possível afirmar mediante o estudo que o índice de Distorção Idade-série se eleva a partir dos quartos e quintos anos em diante, visto que a necessidade material se intensifica.

Mészáros menciona em sua obra “A educação para além do capital” que:

Sob as condições de escravidão ou servidão feudal, isto é, naturalmente um problema bastante diferente daquele que deve vigorar no capitalismo, mesmo que os trabalhadores não sejam (ou sejam muito pouco) educados formalmente. Todavia, ao internalizar as onipresentes pressões externas, eles devem adotar as perspectivas globais da sociedade mercantilizada como inquestionáveis limites individuais e suas aspirações pessoais (MÉSZÁROS, 2005).

Com base nos estudos desenvolvidos e aporte na literatura estudada, constata-se que a Distorção Idade-série é decorrente das contradições da sociedade capitalista em que se articula mecanismos para a classe dominante se sobrepor sobre a classe dominada. Tal processo perpetua as condições históricas e materiais da sociedade capitalista, modelo que se estrutura na construção da exploração e desigualdade social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS:

O capitalismo de hoje de fato não recusa o direito à escola: o que ele recusa é mudar a social da escola.

(Antônio Letieri)

Nos dias atuais o direito a Educação no Brasil vem sendo propagado intensamente e ancorando-se numa perspectiva democrática no que se reporta ao acesso à escola. O sistema educacional brasileiro é o meio pelo qual o sujeito tem direito a educação. Entretanto, é notório que por trás desse modelo existe um grupo específico em busca do atendimento dos seus próprios interesses, que para atender a lógica do capital se apropria do trabalho coletivo.

O estudo sobre a Distorção Idade-série em escolas da Zona Rural do Município de Assú/RN buscou investigar as determinações pelos quais esse fenômeno acontece, bem como os impactos na vida dos (das) alunos. Nesse estudo, se evidenciou a influência da ideologia capitalista e as condições materiais de existência como determinantes da Distorção Idade-série em escolas da Zona Rural do Município de Assú/RN.

Partindo dessa premissa, constata-se que a problemática sobre a Distorção Idade-série é fruto de um modelo de sociedade injusta que exclui as oportunidades da realização da equidade, recorrendo-se, no campo da educação, a métodos avaliativos e quantitativos tão somente para suprir as necessidades da lógica do capital a nível global.

Os (as) alunos (as) submetidos a esse fenômeno vivem abaixo da linha da pobreza, onde antes do desanimo, da indisciplina, falta de interesse pelas aulas, vem a fome, a desilusão, a violência, o cansaço, a fadiga, a dependência de terceiros para garantir sua subsistência na sociedade.

A ideologia dominante concebe a educação como mercadoria. Assim, se esforça para a sua precarização, impondo obstáculos a sua melhoria, na medida em que incentiva a falta de investimentos para melhorar a qualidade do ensino, a infraestrutura das escolas, o transporte escolar, a merenda de qualidade, a construção de novas escolas, aumento salarial digno para os (as) professores (as), bem como a formação continuada.

Nesse sentido, conforme discerne Mészáros (2008), “consequentemente, uma reformulação significativa da educação é inconcebível sem a correspondente

transformação do quadro social no qual as práticas educacionais da sociedade devem cumprir as suas vitais e historicamente funções de mudança.

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Gilda Cardoso de. **Estado, política educacional e direito à educação no Brasil**: “O problema maior é o de estudar”. Educar em Revista, Curitiba, Brasil, n. 39, p. 279-292, jan. / abril. 2011. Editora UFPR.

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos Ideológicos do Estado**: nota sobre os aparelhos do Estado. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1985.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília, 05 out. 1988.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Brasília, 13 jul. 1990. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L8069.htm>. Acesso em: 05 de outubro 2022.

BRASIL. Congresso Nacional. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Diretrizes e bases da educação nacional. Brasília, 20 dez. 1996.

BOURDIEU, Pierre. **Razões Práticas: sobre a teoria da Ação**. SP. Papirus, 1996.

BRASIL. Lei nº. 13.415, de 16 de fevereiro de 2017. **Dispõe sobre a reforma do ensino médio brasileiro, Brasília DF, 2017**. Disponível em: <<http://portal.mec.gov.br/component/content/article?id=40361#:~:text=A%20Lei%20n%C2%BA%2013.415%2F2017,flex%C3%ADvel%2C%20que%20contemple%20uma%20Base>>. Acesso em: 23 mar. 2023.

BEZERRA, Andrea Rossely da Fonseca. **Distorção Idade-série nos anos finais do Ensino Fundamental**: o caso da rede municipal de ensino do Natal/RN. 2019. 107f. Dissertação (Mestrado em Educação) - Centro de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2019. Disponível em: <https://repositorio.ufrn.br/jspui/handle/123456789/28140>. Acesso em: 25 de agosto 2022.

GONZAGA, Magnus José Barros. **A Política Nacional De Educação Ambiental: Limites e Desafios para a Sua efetivação na Universidade Federal Do Rio Grande Do Norte**. Tese de Doutorado. Natal, 2014.

GIL, A. C. **Método e técnicas de pesquisa social**. São Paulo, SP: Atlas. 1999.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 2002.

LIBÂNEO, José Carlos; OLIVEIRA, João Ferreira de; TOSCHI, Mirza Seabra. **Educação escolar: políticas, estrutura e organização**. 10 eds. rev., e amp. São Paulo: Cortez, 2012.

LIBÂNEO. José. C; OLIVEIRA. João. F; TOSCHI. Marize. S. **Educação Escolar: Políticas, Estrutura e organização**. 10ª ed. São Paulo: Cortez, 2012

LIBÂNEO, José Carlos. **Políticas educacionais no Brasil: desfiguramento da escola e do conhecimento escolar**. Cadernos de Pesquisa v. 46, n.159, p.38-62, jan. /mar. 2016.

MANZINI, E. J. **Entrevista semiestruturada: análise de objetivos e de roteiros**. In: SEMINÁRIO INTERNACIONAL DE PESQUISA E ESTUDOS QUALITATIVOS, 2., A Pesquisa qualitativa em debate, Bauru, 2004. Anais..., Bauru, SP: SIPEQ, 2004. 1 CD.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares, 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2005.

MIGUEL, Maria Elisabeth Blanck. **As escolas rurais e a formação de Professores: a experiência do Paraná**. In: WERLE, Flávia Obino Corrêa (Org.). Educação rural em perspectiva internacional: instituições, práticas e formação do professor. Ijuí: Unijuí, 2007.p. 79-98.

MARX, K. ENGELS, F. Ideologia Alemã. São Paulo: Boitempo Editorial, 2007.

MARX, Karl. **Contribuição à crítica da economia política**. Tradução de Florestan Fernandes, 2. ed. São Paulo: Editora Expressão Popular, 2008.

Portal Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Taxas de Distorção Idade-série, anos 2017 - 2022**. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/acao-a-informacao/dados-abertos/indicadores-educacionais/taxas-de-Distorcao-Idade-serie>. Acesso em: 28 de setembro 2022. Acesso em: 05 de março 2023.

Portal Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Distorção Idade-série no 1º, 5º e 9º ano do ensino fundamental por localização e dependência administrativa - Brasil 2017**. <http://portal.mec.gov.br/docman/janeiro-2018-pdf/81861-divulgacao-censo-2017-vi-pdf/file> /Acesso em: 12 fev. 2023.

SOUSA, Antonio Lisboa Leitão de; GONZAGA, Magnus José Barros. **O materialismo histórico dialético na pesquisa em educação ambiental**. REMEA - Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, [S.l.], v. 31, n. 1, p. 138-152, jul. 2014. ISSN 1517-1256. Disponível em: <<https://periodicos.furg.br/remea/artic le/view/4312/2871>>. Acesso em: 05 de maio 2023. doi:<https://doi.org/10.14295/remea.v31i1.4312>.

SAVIANI, Dermeval. **Escola e Democracia: polêmicas de nosso tempo**. 36. Ed. Campinas: Editora : Autores Associados, 2003

SAVIANI, Demerval. **Escola e Democracia: teorias da educação, curvatura da vara, onze teses sobre educação e política**. – São Paulo: Autores Associados; Ed. Cortez. 36. ed. (Ed. Comemorativa de 20 anos), 2008.

SAVIANI, Dermeval. **A educação na Constituição Federal de 1988: avanços no Texto e sua neutralização no contexto dos 25 anos de vigência**. RBPAE - v. 29, n.2, p. 207-221, mai/ago. 2013

SAVIANI, Dermeval. **A lei da educação: LDB: trajetória, limites e perspectivas.** Editora : Autores Associados .2007.

UNICEF-Fundo das Nações Unidas para a Infância. **Enfrentamento da cultura do fracasso escolar:** Reprovação, abandono e Distorção Idade-série. Disponível em: <https://www.unicef.org/brazil/media/12566/file/enfrentamento-da-cultura-do-fracasso-escolar.pdf>. Acesso em: 28 de setembro 2022.

UNICEF-Fundo das Nações Unidas para a Infância. **PANORAMA DA DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NO BRASIL.** Disponível em: https://www.unicef.org/brazil/media/461/file/Panorama_da_distorcao_idade-serie_no_Brasil.pdf. Acesso em: 29 de setembro 2022.

APÊNDICE 1: QUESTIONÁRIO APLICADO AS FAMÍLIAS

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA

QUESTIONÁRIO APLICADO AS FAMÍLIAS

PESQUISA: UM ESTUDO SOBRE A DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NAS ESCOLAS DA ZONA RURAL DO ASSÚ-RN

1 - CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA DA PESQUISA (FAMÍLIA)

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO PAI

Não escolarizado ()

Ensino Fundamental incompleto () Ensino Fundamental completo ()

Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo ()

Ensino Superior em andamento ()

Ensino Superior Completo ()

Área de formação: _____

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DA MÃE

Não escolarizada ()

Ensino Fundamental incompleto () Ensino Fundamental completo ()

Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo ()

Ensino Superior em andamento ()

Ensino Superior Completo ()

Área de formação: _____

NÍVEL DE ESCOLARIDADE DO/A RESPONSÁVEL, CASO NÃO SEJA OS PAIS

Não escolarizada (...)

Ensino Fundamental incompleto () Ensino Fundamental completo ()

Ensino Médio incompleto () Ensino Médio completo ()

Ensino Superior em andamento ()

Ensino Superior Completo ()

Área de formação: _____

2 - SITUAÇÃO SOCIOECONÔMICA

A FAMÍLIA É BENEFICIÁRIA DE PROGRAMA DE TRANSFERÊNCIA DE RENDA?

Sim (). Não ()

O/A RESPONSÁVEL EXERCE ATIVIDADE DE TRABALHO REMUNERADO?

SIM () NÃO ()

SE SIM, EM QUAL RAMO DE ATIVIDADE?

Até meio salário mínimo () - Até 1 salário mínimo () Até 1 salário mínimo e meio ()

Até 2 salários mínimos () Mais de 2 salários mínimos ()

Na sua opinião, quais fatores dificultam o acesso da criança à Escola?

APÊNDICE .2: QUESTIONÁRIO APLICADO AOS (AS) PROFESSORES (AS)

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO SEMI-ÁRIDO
PRÓ-REITORIA DE GRADUAÇÃO
CENTRO MULTIDISCIPLINAR DE ANGICOS
DEPARTAMENTO DE CIÊNCIAS HUMANAS
LICENCIATURA EM COMPUTAÇÃO E INFORMÁTICA

PESQUISA: UM ESTUDO SOBRE A DISTORÇÃO IDADE-SÉRIE NAS ESCOLAS DA ZONA RURAL DO ASSÚ-RN

QUESTIONÁRIO APLICADO AOS (AS) PROFESSORES (AS)

1 CARACTERIZAÇÃO DA AMOSTRA DA PESQUISA (PROFESSORES/AS)

Nome da escola: _____
Bairro: _____ Município _____ UF _____
Nome do/a professor/a _____
Formação: _____ Formação/Titulação Complementar: _____
Área de ensino que atua (disciplina): _____
Ano: _____ Turno _____ Tempo de magistério _____

SEGUNDA ESCOLA

Nome da escola: _____
Bairro: _____ Município _____ UF _____

TERCEIRA ESCOLA

Nome da escola: _____
Bairro: _____ Município _____ UF _____

2 ATUAÇÃO PROFISSIONAL

QUAL A CARGA HORÁRIA DA JORNADA DE TRABALHO DIÁRIA COMO PROFESSOR(A)

Até 04 horas () Até 06 horas () Até 08 horas () Até 10 horas () Mais de 10 horas

3. ENTREVISTA COM O/A PROFESSOR/A

Na sua opinião, quais fatores internos à escola contribuem para o fenômeno da Distorção Idade-série?

Que ações são implementadas na escola com vistas a superação do fenômeno da Distorção Idade-série?

Em que sentido o fenômeno Distorção Idade-série impacta no desenvolvimento do trabalho pedagógico?